

A morte da autonomia de Hong Kong: para além da crise

FONTE: [Spectre Journal](#) | 06/06 | TRADUÇÃO: Charles Rosa

No final de maio o Estado Chinês aprovou uma nova lei de segurança que lhe permite intervir diretamente em Hong Kong contra o movimento pró-democrático que varreu a cidade durante o último ano. Ahsley Smith entrevista Au Loong Yu para a revista Spectre sobre a repressão na China e o que significa para o movimento pró-democracia.

O estado chinês anunciou uma nova lei de segurança que lhe permite criminalizar a dissidência e lançar suas forças de segurança em Hong Kong. Por que fizeram isso e quais são suas intenções?

Em 28 de maio de 2020, o Congresso Nacional Popular aprovou a “Decisão sobre o estabelecimento e a melhora do sistema jurídico e os mecanismos de aplicação da RAEHK (Região Administrativa Especial de Hong Kong) para salvaguardar a segurança nacional”. Se “opõe a qualquer forma de intervenção nos assuntos da RAEHK por parte de qualquer país ou força estrangeira”, e recorda à RAEHK sua responsabilidade na “manutenção da soberania nacional, a unidade e a integridade territorial”. Também aponta ações que podem “colocar em perigo a segurança nacional”. Além de impor a lei de Hong Kong, Beijing vai criar uma agência de aplicação da lei correspondente também.

Este é um pronunciamento da morte da autonomia de Hong Kong. A lei de segurança nacional de Beijing significa que qualquer um que clame pela independência de Hong Kong ou pela autodeterminação, ou que peça “abaixo a ditadura do partido único” poderia ser processado. A lei é a resposta de Beijing ao movimento democrático de Hong Kong que começou em 2014 e

culminou com a grande Revolta de 2019.

O Colégio de Advogados local lembrou a Beijing que o artigo 18 da Lei Fundamental exige que suas leis para Hong Kong se limitem unicamente a questões relacionadas à defesa e aos assuntos exteriores. E como o artigo 23 estipulou que a elaboração da lei de segurança nacional é responsabilidade da RAEHK, isso implica que a imposição por Beijing de uma lei de segurança nacional para Hong Kong é uma violação da Lei Básica e portanto infringe a sua autonomia.

Os partidários de Pequim sublinham uma e outra vez que sua preocupação pela ameaça das “forças estrangeiras” está por trás da elaboração da lei. Em lugar de “forças estrangeiras”, a principal preocupação de Pequim é o descontentamento interno. A assembleia comemorativa do 31 de maio sobre o massacre da Praça de Tiananmen em 1989 está agora somente a uma semana de distância. Durante trinta anos, Hong Kong foi a única cidade da China que celebrou o memorial anualmente. Beijing odeia isso. Teme que Hong Kong possa algum dia apoiar com êxito o renascimento do movimento democrático do continente. Por isso está fazendo todo o possível para impedir que celebremos neste ano, inclusive antes de que a lei de segurança nacional de Beijing entre em vigor em Hong Kong.

Depois de matar milhares de pessoas em 1989, e depois de reintegrar-se ao capitalismo mundial, Beijing enriqueceu tanto as suas próprias elites e assecclas do partido que temem constantemente um cenário em que o povo exija a prestação de contas do partido. É preciso eliminar a autonomia de Hong Kong precisamente porque a sua liberdade de imprensa permite que a informação sobre os segredos de corrupção do partido esteja disponível livremente na cidade.

Os incidentes de desaparecimento de Causeway Bay Books em 2015 é a melhor ilustração desta preocupação. Entre outubro e dezembro de 2015, cinco proprietários/funcionários da Livraria Causeway Bay desapareceram. Dois foram sequestrados na China

continental desde Hong Kong e Tailândia. Acredita-se que isso foi em represália à publicação de livros sobre Xi Jinping. Cada vez mais, Pequim vê a autonomia de Hong Kong como um grave perigo para seus privilégios no saque da riqueza da nação.

Durante a atual pandemia, se mostraram repetidamente signos de descontentamento civil. Depois da morte de Li Wenliang, o médico e denunciante, centenas de milhares de pessoas lhe enviaram saudações. Pequim tem que reforçar a censura para deter o livre fluxo de informação sobre a pandemia entre o continente e Hong Kong. A sociedade orwelliana no continente simplesmente não pode coexistir com uma Hong Kong que tem sido relativamente livre em termos de liberdades políticas. Tudo o que se fala de “forças estrangeiras” é antes de tudo uma tentativa de desviar a atenção dos problemas internos para os “inimigos estrangeiros”.

Isso não quer dizer que a questão das “forças estrangeiras” não exista em absoluto. A questão existe, mas não é exatamente aquilo que Beijing quer que acreditemos. O fato é que “as forças estrangeiras que intervêm em Hong Kong” se institucionalizaram na Lei Básica de Hong Kong. Os partidos pró-Pequim insinuaram que a nova Lei de Segurança Nacional vai proibir que os juízes estrangeiros em Hong Kong celebrem julgamentos em casos relacionados com a segurança nacional.

Isso expõe a verdade do assunto. Por que há quinze juízes estrangeiros de vinte e três no Tribunal de Apelação Final em primeiro lugar? São impostos em Hong Kong pela política de navios de guerra dos EUA ou do Reino Unido? Evidentemente que não. Junto com muitas outras cláusulas que reconhecem a “intervenção estrangeira”, a possibilidade de que juízes estrangeiros presidam os julgamentos nos tribunais de Hong Kong está consagrada no artigo 82 da Lei Fundamental. As forças estrangeiras sempre foram reconhecidas como partes interessadas em Hong Kong.

O denominado “um país dois sistemas”, consagrado primeiro na declaração conjunta sino-britânica e depois na Lei Fundamental de 1997, foi desde o princípio um compromisso histórico de Beijing com o Ocidente, com o Reino Unido e os Estados Unidos à cabeça. A promessa solene da Lei Fundamental de que “o sistema e o modo de vida capitalistas anteriores permanecerão inalterados durante cinquenta anos”, foi antes de tudo para apaziguar a influência e os interesses comerciais ocidentais.

Os EUA e o Reino Unido seguramente estiveram satisfeitos com o reconhecimento dos interesses da Lei Básica de Beijing e seguramente não estão ansiosos por desestabilizar Hong Kong. Pelo contrário, apoiaram que a Lei Básica siga sendo válida até 2047. Segundo um especialista da China americana, a política de longa data dos EUA e do Reino Unido com relação a Hong Kong é que ambos “se acomodaram” a esses ajustes segundo o estipulado na Lei Básica.

Por isso os políticos estadunidenses não apoiaram a demanda da democracia do movimento dos guarda-chuvas. Somente quando Pequim mudou unilateralmente o status quo, primeiro com o projeto de lei de extradição no ano passado, seguido pela atual lei de segurança nacional, os EUA se converteram em partidários do movimento democrático de Hong Kong.

Ao povo de Hong Kong não creio que lhe importe mudar o status quo como se define na Lei Básica, sempre e quando se substitua por algo realmente melhor. Obviamente, este não é o caso. Pequim rompeu sua promessa consagrada na Lei Básica e a Declaração Conjunta Sino-britânica implica o fim do que tanto apreciamos: nossas liberdades políticas, nossos direitos linguísticos e nosso direito a escolher nosso próprio modo de vida.

Como encaixa isso na nova Guerra Fria entre os EUA e a China? Como responderá Washington e qual impacto terá isso agora nos planos de Pequim para Hong Kong?

O Secretário de Estado, Mike Pompeo, certificou ao Congresso que Hong Kong já não goza de um alto grau de autonomia com relação a Pequim. O governo Trump pode anular o status comercial especial de Hong Kong com os EUA. Por outro lado, Beijing e seus títeres de Hong Kong estão agora gerando uma arrogante resposta: “somos o suficientemente fortes para te desafiar”.

Um de seus argumentos é que a importância de Hong Kong para Pequim foi diminuindo de todos os modos, porque hoje em dia com o aumento da China o PIB de Hong Kong é somente uma fração do PIB da China, o que implica que, embora os EUA desestabilizem a economia de Hong Kong não podem prejudicar a China, ao menos demasiado. Esta é, sem embargo, uma visão unilateral. Há muitos outros aspectos pelo que Hong Kong ainda supõe vantagens para a China. Recentemente, o British Hong Kong Watch publicou um informe, “Why Hong Kong Matters”, que mencionava esta dependência da seguinte maneira:

- Quase dois terços dos fluxos de investimento direto da China se realizam através de Hong Kong;

- Hong Kong albergou 73% das ofertas públicas iniciais das empresas da China continental entre 2010 e 2018. Desde 1997, as empresas chinesas arrecadaram 335 000 milhões de dólares em Hong Kong.

- O Hong Kong Stock Connect é cada vez mais a rota preferida pelos investidores ocidentais que buscam aceder ao mercado da China continental. Entre 2016 e setembro de 2019, 95 000 milhões de dólares fluíram aos mercados de capital de China continental através de Hong Kong.

Isso somente cobre a dependência direta. Também há fatores indiretos ou acordos internacionais que não são de menor importância. Hong Kong permite à China ganhar uma enorme quantidade de divisas.

Por outro lado, os Estados Unidos também têm interesses

arraigados em Hong Kong. Quando a Câmara de Comércio Americana da cidade expressou sua preocupação pela lei de segurança nacional, o Governo de Hong Kong lhe recordou que Hong Kong é o lugar onde os Estados Unidos desfrutam da maior quantidade de superavit comercial – 297 bilhões de dólares estadunidenses entre 2009 e 2018 – e que o comércio de Hong Kong com os Estados Unidos proporcionou mais de 210 000 postos de trabalho para os trabalhadores estadunidenses.

A isso se soma a interdependência comercial entre a China e os Estados Unidos, Ambos os países se encontram entre os três principais sócios comerciais do outro. A dissociação será dolorosa para ambas as partes, ainda que a dor também é assimétrico – segundo o livro do economista Lawrence J. Lau sobre a guerra comercial entre os EUA e a China, já que a dependência das exportações dos EUA em 2017 era somente de 12,1% de seu PIB, isto é, menor que 18,1% da China. As exportações de bens da China aos EUA como parte de seu PIB foram diminuindo nos últimos dez anos, mas em 2017 ainda valia 3,4% de seu PIB, em troca das exportações dos EUA de bens para a China como parte de seu PIB era somente 0,97%.

Mas agora ambas as partes parecem pensar que enfrentar é mais importante que os resultados econômicos de seus respectivos países. O que está em jogo para ambas as partes agora é uma grande concorrência pela hegemonia mundial.

Tenho dúvidas sobre o uso do termo “nova guerra fria”. O termo também se utiliza amplamente nos principais discursos de Hong Kong. Entretanto, poderia ser enganoso. Quanto à “velha” Guerra Fria, os EUA apoiaram Taiwan sob o KMT na confrontação deste com Beijing. Também apoio o governo colonial britânico na opressão do povo de Hong Kong. Seu chamado “mundo livre” não era tão livre para os trabalhadores. Bem, eram reacionários do princípio ao fim.

Por outro lado, o PCCh em 1949 nunca foi uma força socialista genuína, e seu desprezo pelos direitos democráticos básicos já

estava presente. No entanto, também foi um governo que lançou a reforma agrária e aplicou verdadeiras reformas, como a aprovação da nova lei sobre o matrimônio que, em certa medida, libertou as mulheres da opressão semifeudal. Assim, o regime tinha elementos progressistas e regressivos.

Em contraste, a renovada confrontação entre EUA e China hoje em dia é muito diferente da “velha Guerra Fria”. É diferente porque tanto o Império dos EUA, como o regime de Pequim mudaram muito, ainda que este último tenha mudado ainda mais. O atual PCCh, com sua fusão de poder político e econômico, sua hostilidade com as pessoas que desfrutam dos direitos básicos de associação e liberdade de expressão, sua xenofobia, nacionalismo, darwinismo social, culto a um estado corporativo, “unificação”, etc., é agora comparável a um estado fascista. Por outro lado, hoje em dia, Taiwan, graças à luta democrática de seu povo durante dez anos, conta ao menos com uma democracia liberal, uma política de partidos pluralista, um espaço para um crescente movimento operário. Hong Kong também desfruta de uma ampla gama de liberdades política.

Quanto aos Estados Unidos, não evoluíram para um regime progressista, mas seu poder na região da “grande China” (China continental, Taiwan e Hong Kong) é muito mais frágil. Os EUA já não têm exércitos estacionados em Hong Kong, e a passagem de Hong Kong para a China se completou desde 1997. Já não são os opressores diretos dos povos de Taiwan e Hong Kong. Devemos tratar sua retórica sobre o apoio à democracia e os direitos humanos com ceticismo, e sua agenda como suspeita.

Por outro lado, o regime do PCCh é o opressor direto dos povos do continente e de Hong Kong. Além disso, tem sido cada vez mais claro ao ameaçar Taiwan, incluindo a conquista de Taiwan pela força. Portanto, à diferença da “velha” Guerra fria, na atual contenda entre os EUA e a China, por um lado, o império estadunidense é tão reacionário como antes, ainda que mais débil em relação à sua influência na região “grande China”,

por outro lado, não há nada progressista na ambição da China por ser uma potência hegemônica. Portanto, prefiro não usar o termo “nova Guerra Fria” para descrever a nova contenda. Nesta nova briga, o povo de Hong Kong deve levar a cabo sua luta contra Beijing independentemente do governo dos EUA. Contudo, não vai ser fácil.

Claramente, o Estado chinês quer dividir o movimento entre uma minoria, à que agora chama de “terrorista”, e o movimento mais amplo que se conta por milhões. Terá êxito o estado nesta estratégia de dividir e conquistar?

Sua eficácia é duvidosa depois de que Pequim se voltou contra seus próprios aliados, a saber: certa seção dos magnatas locais e as grandes empresas. Desde que Xi Jinping chegou ao poder em 2012, uma característica da política de Beijing em Hong Kong tem sido a arrogância e a rigidez, em lugar “dos que não estão conosco estão contra nós”, se traça uma nova linha: “os que não se inclinam ante mim são todos inimigos”. Beijing não pode tolerar o menor sinal de pensamento independente entre seus partidários de Hong Kong.

Sob risco de simplificar bastante, direi que traçar esta nova linha significa levar Beijing a romper sua promessa de “um país, dois sistemas”. Desde o movimento dos guarda-chuvas de 2014, começou a atacar inclusive a certa seção dos magnatas locais, com Li Ka-shing à cabeça, pelo crime de este último não ser o suficientemente entusiasta para condenar os manifestantes. Atrás disso há uma luta mais fundamental. O capitalismo burocrático de Pequim, num período de crescimento mais lento, não pode seguir se expandindo sem arrebatar a cota de mercado do capital privado, tanto no continente como em Hong Kong.

A classe empresarial de Hong Kong está morta de medo, exceto os sócios do capital chinês. Esta questão não somente é pertinente para a classe empresarial. Para milhões de pessoas que foram testemunhas de como Beijing rompeu suas promessas

uma por uma na última década, que protestaram contra o projeto de lei de extradição no ano passado, e que também viram como Beijing tratou seus aliados, toda pessoa sensata irá perguntar: como podemos seguir acreditando em algo que venha de Beijing?

Nos protestos “ilegais” do domingo passado e quarta-feira se puderam observar duas coisas: o tamanho era muito menor que em 2019, e os manifestantes de idade mediana ou mais velhos também estavam em menor número. Talvez o impulso aumente no final deste ano, talvez não. A CTU (Confederação dos Sindicatos) convocou uma greve em 27 de maio, dia em que se apresentou a segunda leitura do projeto de lei sobre o Hino Nacional, e um dia antes de que o Congresso Nacional Popular aprovasse a “decisão sobre a salvaguarda da segurança nacional em Hong Kong”. Não aconteceu nada.

Sob uma repressão cada vez mais dura, o impulso do movimento foi decrescendo. Contudo, se a desmoralização se estabelece nisso não é porque a estratégia de dividir e conquistar de Beijing funcione. Com a nova lei de segurança nacional em vigor, muitas pessoas temem consequências nefastas. Os jovens são mais valentes, mas desde então rechaçaram a política partidária ou qualquer ideia de organização; é difícil ver como poderiam enfrentar uma maquinaria estatal que está armada até os dentes.

O movimento enfrenta agora o desafio de confrontar o Estado chinês não só de forma indireta mas também direta. Quais são os debates estratégicos do movimento sobre como se organizar, onde está o poder e quais táticas serão as mais eficazes?

Temos muitos debates ocorrendo sobre as táticas, mas lamentavelmente não é o caso da estratégia. Os manifestantes, sem líderes e sem uma organização séria, somente deliberam e trabalham no dia a dia. Sendo novas mãos no ativismo político, a maioria dos jovens simplesmente não está equipada para pensar estrategicamente. Em meu próximo livro sobre a Revolta

de 2019, discutirei esta característica do movimento. A corrente mais vocal, a saber, os localistas de direita, com o respaldo de um grande tabloide, agora busca a ajuda do governo dos EUA. Esta é a sua estratégia.

Isto levou também à ala mais radical estar bastante obcecada com a resistência física à polícia antidistúrbios quando já havia passado o melhor momento, o que levou a um pequeno número deles a escolher a tática da guerrilha da cidade: fabricar bombas ou conseguir armas. Mundo já haviam sido detidos e encarcerados. Estrategicamente falando, a confrontação feroz, para não falar da resistência armada, não nos convém já que Hong Kong é simplesmente uma pequena cidade dentro de um estado com um partido muito forte. Eu defendo a resistência não violenta, os movimentos de não cooperação e todo tipo de resistência passiva. Isso requer um sério trabalho de organização e deveria ser parte de nossa estratégia.

Uma estratégia de se aliar com o povo do continente, para lhes explicar pacientemente a necessidade de um esforço conjunto para pôr um fim à ditadura de partido único (uma estratégia que também subscrevo e que, infelizmente, está recebendo pouco apoio). A juventude radical segue publicando uma “agenda de resistência”. No que foi publicado recentemente, mencionaram grandes e pequenos eventos por vir, mas ignoraram totalmente a assembleia de 4 de junho do memorial. Sua mentalidade de “separar-se da China e deixar-nos em paz” os leva à indiferença na hora de expressar sua solidariedade com o movimento democrático da China. Isso é triste.

Alguns no movimento esperam que a chamada comunidade internacional e os EUA venham a defendê-los e ajudá-los. Por que isso é uma armadilha?

Quanto mais grave a situação, mais receptiva é a ideia de receber ajuda dos EUA. Os localistas de direita, com o respaldo de um grande tabloide pró-Trump, aclamaram a Lei de

Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong (HKHRD) como um meio para salvar sua liberdade. Na realidade, o nome da Lei é bastante enganoso.

Em primeiro lugar, na seção 3, a lei é muito clara quanto a seu objetivo: são os interesses nacionais dos EUA os que importam. A seção 5.6 exige uma avaliação de se Hong Kong aplica suficientemente as sanções dos EUA a certas nações ou indivíduos. Entre as razões das sanções, figuram o castigo aos países ou indivíduos envolvidos no “terrorismo internacional, no tráfico internacional de entorpecentes ou a proliferação de armas de destruição massiva, ou que de outro modo representem uma ameaça para a segurança nacional, a política exterior ou a economia dos Estados Unidos”. Este projeto de lei também inclui o mandato ao governo de Hong Kong para sancionar a Coreia do Norte e o Irã. Esta vinculação dos direitos humanos de Hong Kong à política exterior dos EUA é em si mesma um burla aos direitos humanos.

Antes da aprovação da HKHRD, vinte organizações de Hong Kong, Ásia e Estados Unidos publicaram uma declaração pública sobre a Lei de Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong (HKHRDA): uma crítica progressista que assinala os defeitos do projeto de lei. Comparou-se este projeto com a Lei Anti-Apartheid de 1986:

“O Congresso dos Estados Unidos havia demonstrado antes que a desvinculação destes assuntos [a política exterior dos Estados Unidos] é viável em tal legislação: a Lei integral contra o apartheid de 1986, por exemplo, se põe de parte da comunidade internacional para se opor ao regime de apartheid da África do Sul sem nenhuma menção aos próprios interesses nacionais e econômicos dos Estados Unidos”.

A administração de Trump não é amiga de Hong Kong nem do povo chinês. Na realidade, Trump e Xi Jinping se refletem mutuamente. Recentemente, o Financial Times publicou uma reportagem que mencionava que “em 1990, Trump disse à revista

Playboy que aplaudia o modo como o Partido Comunista da China havia reprimido os estudantes na Praça Tiananmen em 1989, dizendo que mostrava ‘o poder da força’ enquanto os EUA eram vistos como débeis”. Durante a Revolta de Hong Kong do ano passado, Trump, por um lado, destacou o amistoso que era com Xi, e por outro lado descreveu a Revolta como simples “distúrbios”. É uma bobagem acreditar que Trump é amigo da democracia.

Trump deu um passo muito importante ao declarar o fim do tratamento especial dos EUA a Hong Kong. Isso levou aos partidários dos EUA a reclamar a vitória de sua chamada “tática da terra queimada” – “se nós queimamos, vocês queimam conosco!”. Esperam que o movimento dos EUA danifique a economia de Hong Kong como a do continente e então possa derrubar o regime do PCCh.

Minha resposta foi a seguinte: nenhuma sanção estrangeira por si só, nenhuma crise econômica por si só, poderia derrubar o regime se nenhum movimento democrático é capaz de crescer no continente e a contraparte de Hong Kong permaneça tão fragmentada e desorganizada. Além disso, sem o crescimento de nossas próprias forças democráticas, somente significa que dependemos para sempre de uma grande potência, quer seja de Beijing ou de Washington, e que estamos absolutamente à sua mercê. Ante um enfrentamento entre Beijing e os EUA, somos os piores que as “repúblicas bananeiras” porque estaremos presos no meio de duas grandes potências.

Quais são as correntes políticas do movimento? O que diz a gente sobre a autodeterminação, a independência e a luta pela democracia e a igualdade em toda a China? Qual deveria ser a estratégia na sua opinião?

O Centro de Comunicação e Pesquisa de Opinião Pública, da Universidade Chinesa, diferenciou sete categorias de inclinações políticas em sua pesquisa geral de outubro de 2019 (incluindo os partidários pró-Pequim). Para nossa discussão

sobre o campo da oposição elegemos quatro delas, como se indica a seguir:

- 1- Democratas Moderados – 37,9% (set/2014) e 40% (out/2019)
- 2- Democratas Radicais – 3,9% (set/2014) e 6,2% (out/2019)
- 3- Localistas – N/A (set/2014) e 14,1% (out/2019)
- 4- Centro/sem inclinação política – 48,6% (set/2014) e 33,5% (out/2019)

Os que apoiaram aos “democratas radicais” é provável que apoiem também a autodeterminação. Pesquisas anteriores nos últimos anos indicaram que ao redor de 10% da população apoia a independência. A pesquisa anterior também mostra uma coisa importante: um terço dos entrevistados não tinha uma posição política fixa, o que reflete o fato de que a politização da população local somente começou há pouco.

O centro também tinha uma pesquisa que mostrava as inclinações políticas dos manifestantes em diferentes protestos. Em geral, o apoio aos “localistas” aumentou consideravelmente entre os manifestantes, às custas dos democratas “moderados” e “radicais”. Nas marchas pacíficas, isso não é tão óbvio. Em atos de desobediência civil como as marchas “ilegais”, o apoio aos “localistas” poderia representar uma quarta parte.

Finalmente, qual posição deve adotar a esquerda internacional em relação à luta e aos dois estados, EUA e China, que estão agora se enfrentando?

Sou consciente de que entre a ampla esquerda internacional há uma tendência de se calar sobre os protestos de Hong Kong, quando não a condená-los abertamente como ferramentas de “forças estrangeiras”. Já falei do último ponto em outro lugar e não quero repeti-lo aqui. Acabo de me inteirar que no Canadá nesta semana o Partido Conservador propôs uma moção para voltar a convocar ao comitê especial de relações entre Canadá

e China para avaliar a situação de Hong Kong, mas foi rechaçada pelos liberais, social-democratas e verdes.

Não conheço suas razões, nem conheço a redação da moção. Mas se os liberais canadenses e a ampla esquerda não estavam contentes com a redação da moção, mas eram muito sérios quanto aos direitos humanos, então poderiam considerar a possibilidade de apresentar uma moção em separado para apoiar o movimento de Hong Kong para proteger sua autonomia. Estarei feliz se alguém puder me esclarecer por que o NDP (social-democratas) e os Verdes se negaram a apoiar a situação de Hong Kong.

Em geral, sou consciente da preocupação de algumas pessoas da esquerda: não querem se ver alinhados com o governo dos Estados Unidos, já que este se converteu de repente num partidário vocal do protesto de Hong Kong (não esqueça que a atitude de Trump sobre Hong Kong no ano passado foi de indiferença). Mas por que o apoio retórico do governo dos EUA à luta democrática de Hong Kong é suficiente para fazer que certas pessoas à esquerda renunciem a seu próprio apoio a este bom caminho? Por que o fato de que alguns dos manifestantes sejam pró-EUA é suficiente para fazer que a esquerda internacional abandone o todo o movimento, um movimento com dois milhões de partidários, unidos não por ser “pró-EUA” ou “pró-independência” ou “anti-chineses”, mas pelas famosas “Cinco Demandas” com o sufrágio universal como sua reivindicação central? Por que um setor da esquerda internacional abandonaria a luta dos hong-kongoneses por um direito tão básico? Por que não podiam levar a cabo uma campanha de solidariedade com Hong Kong de forma independente à distância do governo Trump?

Por outro lado, pela primeira vez em Hong Kong os localistas de direita/amigos do império dos EUA agora se enfrentam numa situação embaraçosa. Haviam cantado repetidamente em coro o apoio retórico de Trump à democracia de Hong Kong, porém sua atitude reacionária nos grandes protestos de solidariedade a

George Floyd em todo o país, seu chamado a enviar exércitos para esmagar o protesto, uma e outra vez recorda ao povo de Hong Kong a supressão pelo PCCh tanto do movimento democrático de 1989 como do ano passado em Hong Kong. No debate na internet as pessoas estão fazendo a pergunta aos localistas de direita: como não poderíamos apoiar o protesto de solidariedade com George Floyd quando acabamos de ser oprimidos pelo mesmo tipo de estado policial no ano passado? As quase inexistentes pessoas de esquerda aqui também estão começando a mostrar mais disposição para expressar sua solidariedade a George Floyd também. Graças à luta nos EUA há signos de que mais gente de Hong Kong está recolocando sua perspectiva política.

Au Loong Yu é um escritor e ativista radicado em Hong Kong.